



Direito Administrativo para Câmara dos Deputados - 2026

<https://www.tecconcursos.com.br/s/Q5kokY>

Ordenação: Por Matéria e Assunto

www.tecconcursos.com.br/questoes/2210304

CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1201) Considerando as regras estabelecidas na Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, julgue o item a seguir.

Utilizar, em serviço particular, terceiros contratados pelo órgão público ao qual o agente é vinculado caracteriza ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2213123

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1202) À luz da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A tipificação das condutas consideradas ímporas no âmbito da administração pública é taxativa e se exaure na lei em questão.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2213126

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1203) À luz da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

O exercício de atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2215574

CEBRASPE (CESPE) - Med (TCE-PB)/TCE PB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1204) De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

A concessão de benefício fiscal sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3312856

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1205) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e da administração pública, julgue o item a seguir.

O agente de atos de improbidade administrativa se sujeitará às sanções administrativas de perda dos direitos políticos e da função pública, indisponibilidade dos bens e resarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321854

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1206) Em relação à improbidade administrativa, julgue o item que se segue, com base na Lei nº 8.429/1992.

A execução das sanções aplicáveis aos agentes de atos de improbidade administrativa é permitida apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3348040

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1207) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte.

A sanção de proibição de contratação com o poder público, conforme previsão da Lei de Improbidade Administrativa, não pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2789242

CEBRASPE (CESPE) - Ana Amb (MMA)/MMA/"Sem Área de Concentração"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1208) Considerando o exercício da cidadania, o Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto nº 1.171/1994), as regras relativas aos impedimentos posteriores ao exercício do cargo público (Lei nº 12.813/2013) e aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e o regime disciplinar previsto na Lei nº 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A perda da função pública como sanção pela prática de ato de improbidade, em regra, aplica-se aos atos que atentam contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3206499

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1209) Com base na Lei nº 8.429/1992, na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A legislação vigente admite a responsabilização da pessoa jurídica, mas veda, expressa e absolutamente, que a sanção de proibição de contratação com o poder público extrapole o ente público lesado pelo ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2007553

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1210) Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue o próximo item.

O responsável por ato de improbidade administrativa se sujeita, entre outras penalidades, à perda de direitos políticos por até oito anos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2020078

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/"Sem Área"/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1211) Com base nas regras estabelecidas na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item seguinte.

Os atos de improbidade administrativa diferenciam-se do ilícito civil por serem punidos com sanção eminentemente penal.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1692443

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1212) Durante a fase de instrução processual de determinada ação civil pública por improbidade administrativa, um réu, servidor público, foi afastado de suas funções por determinação judicial, para resguardar a instrução processual. Sobreveio julgamento de procedência dos pedidos e o réu foi, então, condenado à perda da função pública.

Tendo o caso em tela como referência, julgue o item a seguir, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992.

Dada a penalidade imposta ao réu, conclui-se que a conduta por ele praticada causou dano ao patrimônio público.

Certo

Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1692444

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1213) Durante a fase de instrução processual de determinada ação civil pública por improbidade administrativa, um réu, servidor público, foi afastado de suas funções por determinação judicial, para resguardar a instrução processual. Sobreveio julgamento de procedência dos pedidos e o réu foi, então, condenado à perda da função pública.

Tendo o caso em tela como referência, julgue o item a seguir, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992.

A perda da função pública só poderá ser efetivada após o trânsito em julgado da sentença.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1438999

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 2/Direito/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1214) Acerca de atos de improbidade administrativa, julgue o item que se segue.

Servidor público que, em troca de vantagens, decida requerimento favorável ao interessado pratica ato de improbidade administrativa, estando sujeito às cominações de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e resarcimento integral do dano, entre outras.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1439001

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 1/Arquivologia/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)

1215) Acerca de atos de improbidade administrativa, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: Determinado servidor público do Poder Executivo federal agiu negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público: foi omissão em relação à dilapidação de diversos bens e obras de arte que foram seriamente danificadas em incêndio, o que causou prejuízo ao erário. **Assertiva:** Apurados os danos causados ao patrimônio público, poderá ser aplicada a esse servidor multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração por ele recebida, entre outras sanções.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3258918

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Declaração de Bens (art. 13 da Lei nº 8.429/1992)

1216) A respeito da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue o item a seguir.

É condição para a posse e para o exercício de agente público a apresentação, ao serviço de pessoal competente, de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3284218

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Declaração de Bens (art. 13 da Lei nº 8.429/1992)

1217) Julgue o item seguinte, com base no disposto na Lei nº 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa.

O servidor público somente poderá tomar posse em cargo efetivo se apresentar a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza enviada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, devendo atualizar essa declaração de bens anualmente e na data em que vir a deixar o exercício do cargo público.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3501685

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Declaração de Bens (art. 13 da Lei nº 8.429/1992)

1218) A partir das disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), julgue o item seguinte.

A apresentação da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza é exigida para a posse de agente público e para o seu exercício no cargo público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AACE (TC DF)/TC DF/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Declaração de Bens (art. 13 da Lei nº 8.429/1992)

1219) A respeito dos serviços públicos, dos serviços sociais autônomos e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Como regra, não pode haver posse de servidor público sem que ele apresente a declaração de imposto de renda transmitida à Receita Federal, a qual deve ser atualizada todos os anos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1220) A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito do assunto, julgue o item que se segue.

A ordem de indisponibilidade de bens deve recair, prioritariamente, sobre as contas bancárias do acusado, por se tratar de bem de maior liquidez.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1221) Acerca de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (Lei nº 12.846/2013), processo administrativo federal (Lei nº 9.784/1999) e classificação dos serviços públicos, julgue o item a seguir.

A ação por improbidade administrativa é preventiva e repressiva, de caráter sancionatório, sendo cabível seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1222) No que diz respeito aos poderes da administração pública, aos serviços públicos, à intervenção do Estado na propriedade, à improbidade administrativa, aos agentes públicos, aos bens públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o seguinte item, com base na doutrina majoritária, na legislação vigente e na jurisprudência dominante dos tribunais superiores.

A celebração de acordo de não persecução civil pelo *parquet* é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro no que tange à responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agronômica/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1223) De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992 no que se refere aos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Ao analisar as circunstâncias do caso concreto, o Ministério Público pode celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele adviem, ao menos, os seguintes resultados: a reversão, à pessoa jurídica lesada, da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados, e o integral resarcimento do dano.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ap Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1224) Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item subsecutivo.

A ação por improbidade administrativa é repressiva, tem caráter sancionatório, constitui ação civil e pode ser instaurada para a proteção do patrimônio público.

Certo

Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3039374

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1225) Julgue o seguinte item, relativo a improbidade administrativa.

Admite-se a urgência presumida na decretação de indisponibilidade de bens sem a oitiva prévia do réu.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3079337

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1226) Julgue o item subsequente quanto à Lei de Improbidade Administrativa, ao controle da atividade financeira do Estado, à Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa do TCE/AC nº 12/2016.

Quando houver fundados indícios de responsabilidade em um processo administrativo, a comissão processante promoverá o sequestro de bens do agente que houver enriquecido ilicitamente.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3079339

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1227) Julgue o item subsequente quanto à Lei de Improbidade Administrativa, ao controle da atividade financeira do Estado, à Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa do TCE/AC nº 12/2016.

Se uma representação for rejeitada pela autoridade administrativa por não conter as formalidades relativas às informações sobre o fato, a sua autoria e a indicação das provas, esta rejeição impedirá a representação ao Ministério Público.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3198942

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1228) Em relação aos processos nos tribunais, aos meios de impugnação das decisões judiciais, à coisa julgada, à ação civil pública e à ação de improbidade administrativa, julgue os itens seguintes, de acordo com as normas de direito processual civil e a jurisprudência dos tribunais superiores.

A sentença, em ação de improbidade administrativa, que reconhecer a prescrição das sanções pleiteadas na petição inicial deve ser submetida à remessa necessária.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2498508

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1229) No que se refere à ação civil pública, à ação de improbidade administrativa, à reclamação, à ação rescisória e aos juizados especiais da fazenda pública, julgue o item subsecutivo.

As sentenças de improcedência em ação civil pública e em ação de improbidade administrativa sujeitam-se ao reexame necessário independentemente do valor atribuído à causa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2498510

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1230) No que se refere à ação civil pública, à ação de improbidade administrativa, à reclamação, à ação rescisória e aos juizados especiais da fazenda pública, julgue o item subsecutivo.

O acordo de não persecução civil, que tenha como fundamento a prática de ato de improbidade administrativa, pode ser realizado no curso de investigação para a apuração de ato improbo, durante o trâmite de ação de improbidade e na fase de cumprimento de sentença condenatória.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1997433

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1231) A respeito do mandado de segurança, da ação civil pública, da ação de improbidade administrativa e do incidente de resolução de demandas repetitivas, julgue o próximo item.

Caso promova o resarcimento integral do dano antes da propositura da ação de improbidade, o agente terá direito subjetivo à celebração de acordo de não persecução civil.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2064842

CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1232) Com relação à ação de improbidade administrativa, à reclamação constitucional e ao mandado de segurança, julgue o próximo item.

Na ação de improbidade administrativa, o juiz deverá indeferir a petição inicial que não individualize a conduta do réu ou que deixe de apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência da conduta ímpresa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2102598

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1233) Em cada um do item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito do processo coletivo e da ação de desapropriação.

O Ministério Público de determinado estado propôs ação de improbidade administrativa em decorrência de atos supostamente praticados pelo secretário de educação daquele estado. Após a instrução processual, identificou-se a ausência dos requisitos para o processamento da ação de improbidade administrativa, mas verificou-se a presença dos pressupostos para o processamento de ação civil pública. Nessa situação, o juiz da causa poderá, de ofício, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2157831

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1234) À luz das disposições legais pertinentes à prática de atos de improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Em uma ação de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu, na petição inicial, o pedido de indisponibilidade de bens do réu, a fim de garantir a integral recomposição do erário. Assertiva: Nessa situação, para o deferimento do pedido, conforme previsão da Lei de Improbidade Administrativa, além de outros requisitos, é necessário que o juiz do caso determine, obrigatoriamente, a oitiva prévia do réu no prazo de cinco dias.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2208391

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1235) Maria, servidora pública e ordenadora de despesa de determinado órgão público, permitiu a realização de despesas não autorizadas em regulamento. Com base nisso, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Maria. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O ajuizamento da ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público é exemplo de controle administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1698610

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1236) Com base na legislação relativa a crimes de abuso de autoridade e atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

As ações de improbidade administrativa admitem a solução pela via consensual, sendo legalmente prevista a possibilidade de celebração de acordo de não persecução cível.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1751177

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial (arts. 14 a 18-A da Lei nº 8.429/1992)

1237) Julgue o item seguinte, com base na Lei nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa.

Para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, exige-se a instauração prévia de procedimento administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3492556

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1238) Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais – Lei nº 8.112/1990 – e da Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992 –, julgue o item que se seguem.

A conduta de, com ciência da inocência do denunciado, representar contra determinado agente público por ato de improbidade administrativa é penalmente tipificada como crime, punível com detenção, sem prejuízo do dever civil de reparação por danos materiais, morais ou à imagem.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2213158

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1239) Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações), julgue o próximo item.

A aplicação de sanções por improbidade administrativa depende da aprovação das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal de contas.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2612957

CEBRASPE (CESPE) - ATCI (MCom)/MCom/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1240) No que diz respeito à improbidade administrativa, julgue o item a seguir, com base nas Leis nº 8.429/1992 e nº 14.230/2021.

A suspensão dos direitos políticos pode ser decretada apenas com o trânsito em julgado do processo que trate de ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1692445

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1241) Durante a fase de instrução processual de determinada ação civil pública por improbidade administrativa, um réu, servidor público, foi afastado de suas funções por determinação judicial, para resguardar a instrução processual. Sobreveio julgamento de procedência dos pedidos e o réu foi, então, condenado à perda da função pública.

Tendo o caso em tela como referência, julgue o item a seguir, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992.

É correto afirmar, com base na referida lei, que o agente público recebeu remuneração enquanto permaneceu afastado do exercício do cargo, por determinação judicial, para resguardar a instrução processual.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1752527

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1242) A União, por intermédio do Ministério da Saúde, firmou convênio com um município catarinense para a construção de um hospital materno-infantil. Por meio desse convênio, a União repassou ao município sessenta milhões de reais, enquanto o município deveria, a título de contrapartida, investir seis milhões de reais na obra. Considerando a grande relevância do hospital para a comunidade local, o prefeito decidiu contratar diretamente a empresa responsável pela construção.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na apreciação de uma eventual lide referente ao cometimento de ato de improbidade administrativa pelo prefeito, o juiz poderá conceder, caso o autor da ação de improbidade administrativa assim tenha requerido, tutela antecipada para suspender os direitos políticos do prefeito, se houver fortes indícios de seu locupletamento.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1191498

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)

1243) Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item a seguir.

A ocorrência de prejuízo ao erário é condição indispensável para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3319288

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Prescrição (arts. 23 a 23-C da Lei nº 8.429/1992)

1244) A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito do assunto, julgue o item que se segue.

Não é cabível alegar a ocorrência de prescrição intercorrente na pendência de ações de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3321852

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correccional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Prescrição (arts. 23 a 23-C da Lei nº 8.429/1992)

1245) Em relação à improbidade administrativa, julgue o item que se segue, com base na Lei nº 8.429/1992.

A ação para a aplicação das sanções cabíveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessada a permanência.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3258794

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1246) Com fundamento nas disposições da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), julgue o item a seguir.

As disposições legais acerca do processo administrativo federal não se aplicam aos órgãos do TRF da 6.ª Região, mesmo quando no desempenho de função administrativa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3312865

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1247) Julgue o item seguinte, a respeito da validação dos atos administrativos, do processo administrativo disciplinar no âmbito da Lei nº 8.112/1990 e do processo administrativo conforme a Lei nº 9.784/1999.

Nos processos administrativos, é necessário observar, entre outros critérios, o atendimento a fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3321885

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1248) No tocante ao processo administrativo federal, previsto na Lei nº 9.784/1999, julgue o item que se segue.

O conteúdo da Lei nº 9.784/1999 vai além das regras do processo administrativo e enumera vários princípios a serem seguidos pela administração pública nas diversas vertentes de sua atuação.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3321889

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1249) No tocante ao processo administrativo federal, previsto na Lei nº 9.784/1999, julgue o item que se segue.

Caso a Agência Nacional de Mineração (ANM) reveja o seu entendimento sobre a aplicação de determinada lei, essa nova interpretação pode retroagir e ser aplicada a processos administrativos pretéritos, a fim de resguardar a uniformidade das decisões da agência e a isonomia no tratamento dos interessados.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3344786

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1250) Lucas, com sessenta e dois anos de idade, formalizou requerimento administrativo perante autoridade vinculada a uma autarquia federal. Dez dias após concluída a instrução do processo administrativo, como ainda não havia sido proferida a decisão do requerimento, Lucas interpôs recurso administrativo dirigido ao superior da autoridade a quem encaminhou o pedido e impetrou mandado de segurança sob a alegação de ilegalidade administrativa por omissão, já que não fora proferida decisão administrativa no prazo legal, especialmente por ser uma pessoa idosa.

Com base na situação hipotética precedente e na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

Por ser pessoa jurídica de direito público e integrar a administração pública indireta, a referida autarquia federal sujeita-se às disposições legais que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3377960

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1251) Julgue os seguintes itens, referentes ao direito administrativo.

O princípio da gratuidade do processo administrativo proíbe a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3495036

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1252) Com base no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), julgue o item a seguir.

A Lei do Processo Administrativo Federal prevê expressamente a adequação entre meios e fins para a imposição de obrigações.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1253) Julgue o item a seguir com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

Embora os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não estejam expressamente previstos na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, os atos dos servidores públicos devem observar os fundamentos desses princípios.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Análise Clínica/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1254) Considerando as regras previstas no Decreto nº 1.171/1994, nas Leis nº 8.112/1990, nº 8.429/1992, nº 9.784/1992 e nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

No processo administrativo, a impulsão se dá de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1255) Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o item a seguir.

É dever dos administrados prestar contas concernentes ao interesse da sociedade unicamente quanto ao aspecto financeiro.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1256) Com fundamento nas Leis nº 8.112/1990, nº 8.429/1992, nº 9.784/1999, no Decreto nº 1.171/1994 e no Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento 2024-2025, julgue o item a seguir.

A finalidade, a motivação, a segurança jurídica, a razoabilidade e o interesse público são princípios expressamente previstos na Lei nº 9.784/1999.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Administrativa/Pedagogia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1257) Julgue o item seguinte, referente a direito administrativo.

Um dos critérios a ser observado no processo administrativo federal é a proibição de cobrança de quaisquer despesas processuais dos interessados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (PGM Mossoró)/Pref Mossoró/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1258) Acerca de princípios comuns do processo e do procedimento administrativo geral e tributário e do lançamento tributário, julgue o próximo item.

São princípios do processo administrativo a legalidade, a finalidade, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a ampla defesa, o contraditório, a segurança jurídica, o interesse público e a eficiência.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana Adm (TCE AC)/TCE AC/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1259) Acerca de noções de direito administrativo, julgue o item a seguir.

Os princípios da motivação e do interesse público, por serem princípios implícitos da administração pública, não estão expressamente previstos na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ANATEL/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1260) No que diz respeito ao processo administrativo, conforme o regime da Lei nº 9.784/1999, julgue o próximo item.

No processo administrativo, a assistência de advogado é facultativa, tendo o administrado não somente o direito de produzir alegações nos processos de que seja parte, mas também o de que essas alegações sejam analisadas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Papis (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1261) Julgue o próximo item, relativos a processo administrativo no âmbito da administração pública, atos administrativos, licitações e contratos administrativos, poder de polícia e processo administrativo disciplinar.

É vedada a aplicação da Lei nº 9.784/1999 aos estados e aos municípios, já que ela estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1262) Julgue o seguinte item, relativos a licitações, limitações administrativas, órgãos e serviços públicos.

É órgão público a unidade de atuação integrante da estrutura da administração pública, sendo tratada, na legislação, como entidade quando dotada de personalidade jurídica.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apóio Especializado/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1263) Julgue o próximo item, relativo ao ato administrativo e ao processo administrativo.

Conforme disposto na Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos, é obrigatória a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, a fim de melhor garantir o atendimento do interesse público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1264) À luz das Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999, julgue o item seguinte.

O andamento do processo administrativo condiciona-se à atuação dos interessados, sendo vedada a impulsão de ofício pela administração pública.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2715107

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1265) No que diz respeito aos atos administrativos, aos agentes públicos e aos princípios da administração pública, julgue o item subsecutivo.

Em razão do princípio da ampla defesa, servidores públicos não podem responder a processo administrativo disciplinar, em nenhuma fase, sem assistência de advogado.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2724465

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1266) João, servidor público federal vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Ao tomar conhecimento do fato, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) que, ao final, resultou na pena de suspensão de 10 dias, aplicada a João por seu chefe imediato. Ciente da decisão e inconformado com a penalidade que lhe foi imposta, João interpôs recurso no prazo de 30 dias, requerendo a anulação do ato. Em sua argumentação, o servidor comprovou que a conduta por ele praticada ocorreu uma única vez, o que, segundo ele, evidenciaría a desproporcionalidade da pena, e questionou, ainda, a competência do chefe imediato para a aplicação da pena.

Diante da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

O argumento utilizado por João acerca da desproporcionalidade da pena está amparado no princípio administrativo da proporcionalidade, que, previsto expressamente na Lei nº 9.784/1999, corresponde à adequação entre meios e fins, sendo vedada a imposição de sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1896783

CEBRASPE (CESPE) - AA (IBAMA)/IBAMA/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1267) A respeito do processo administrativo fiscal, julgue o seguinte item.

Tal processo deve ser pautado nos princípios da economia processual, da impessoalidade e da verdade formal.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1624297

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1268) Determinado órgão público, por intermédio de seu titular, pretende delegar parte de sua competência administrativa para outro órgão com a mesma estrutura, seguindo os preceitos da Lei Federal nº 9.784/1999.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Nessa situação, o órgão delegante pertence necessariamente à administração pública federal, e não ao Poder Judiciário ou ao Poder Legislativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1783918

CEBRASPE (CESPE) - AUD (TC DF)/TC DF/Conselheiro-Substituto/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Disposições Gerais, Direitos e Deveres do Administrado (arts. 1º a 4º da Lei nº 9.784/1999)

1269) Considerando que, hipoteticamente, a diretoria de um órgão da administração distrital tenha editado portaria que aprovou seu regimento interno, julgue o próximo item, com base na teoria dos atos administrativos.

Os elementos ou requisitos comumente citados como pressupostos do ato administrativo, tais como forma, objeto, competência, motivo e finalidade, são expressamente elencados na Lei nº 9.784/1999.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3271550

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (Aracaju)/Pref Aracaju/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1270) Acerca da responsabilidade civil do Estado, da organização administrativa e do processo administrativo, julgue o próximo item, consoante a jurisprudência dos tribunais superiores e a legislação em vigor.

Em regra, no caso de obrigatoriedade de determinado órgão consultivo ser ouvido no âmbito de processo administrativo federal, o parecer deve ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo se houver comprovada necessidade de maior prazo ou regra específica prevista em norma especial.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3321880

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1271) No tocante ao processo administrativo federal, previsto na Lei nº 9.784/1999, julgue o item que se segue.

Finalizada a fase instrutória do processo, o órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final remeterá o processo à autoridade competente para tanto, sem formular juízo acerca da causa.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3342042

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1272) A respeito do processo administrativo federal, consoante a Lei nº 9.784/1999, ao controle da administração pública, à responsabilidade civil do Estado, ao acesso à informação e ao previsto no Decreto nº 9.830/2019, julgue o item a seguir.

A decisão coordenada não é aplicável aos processos administrativos de licitação nem àqueles relacionados ao poder sancionador.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3345011

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1273) Caio, servidor público federal, mantinha sob sua chefia imediata sua irmã Maria, que ocupava cargo de confiança. O chefe da repartição, ao tomar conhecimento da situação, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta de Caio, concedendo-lhe ampla defesa e contraditório. Ao final do processo, o chefe da repartição proferiu decisão aplicando a Caio pena disciplinar de advertência, tendo indicado os pressupostos de fato, porém deixado de indicar os pressupostos de direito que ensejaram a sua decisão. Caio interpôs recurso contra a decisão citada, requerendo a sua nulidade tanto por ausência de competência do chefe de repartição quanto por ausência de motivação explícita do ato por este praticado.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

É procedente a alegação de Caio quanto à nulidade da decisão no que se refere à ausência de motivação explícita, uma vez que o chefe da repartição deixou de indicar os pressupostos de direito que determinaram a sua decisão, inobservando um dos critérios do processo administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3450331

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1274) Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue o item seguinte.

A validade da decisão coordenada decorrente do poder sancionador está condicionada à observância do princípio da concentração das instâncias decisórias.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3450333

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1275) Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue o item seguinte.

A legislação permite que o pronunciamento decisório da administração pública seja fundamentado com base em mera declaração de concordância com fundamentos constantes de parecer técnico e informações administrativas juntadas aos autos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3495362

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1276) Em relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

O processo administrativo deve se iniciar sempre a pedido do interessado, sendo vedada a sua instauração de ofício.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3502085

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1277) Em relação aos princípios da administração pública e às disposições do Decreto nº 9.830/2019, julgue o item seguinte.

A motivação de uma decisão administrativa deve ser específica, não podendo ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que tenham precedido a decisão.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2775365

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1278) Cláudio, servidor público lotado no setor de licitações do CNPq, recebeu de seu superior hierárquico a tarefa de instruir processo administrativo para contratação de mão de obra a fim de efetuar pequenos trabalhos, tendo sido estipulado preço certo para o contrato, que deverá incluir também o fornecimento de materiais.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte à luz da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos, e da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

Por se tratar de processo administrativo de licitação, não poderá ser utilizado o instrumento da decisão coordenada, ainda que preenchidos todos os requisitos legais para a formação dessa instância decisória.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2783430

CEBRASPE (CESPE) - Ass (CAU BR)/CAU BR/Administrativo/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1279) Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O argumento de Carlos não procede, pois o ato que decide processo administrativo pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de parecer anterior, que, nesse caso, será parte integrante do ato.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2793952

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1280) Acerca de atos administrativos e processo administrativo federal, julgue o item seguinte.

É cabível a decisão administrativa coordenada entre os entes federativos para, conjuntamente, deliberarem sobre a execução de políticas públicas comuns, como saúde e educação.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2793953

CEBRASPE (CESPE) - APGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1281) Acerca de atos administrativos e processo administrativo federal, julgue o item seguinte.

Caso um parecer obrigatório e vinculante não seja emitido no prazo fixado, o processo administrativo não poderá ter seguimento.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2875290

1282) Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

Por expressa previsão legal, a decisão que declarar a inexigibilidade de processo licitatório deverá ser motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3075581

1283) No que tange ao processo administrativo, às licitações e contratos administrativos, à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, julgue o item seguinte.

O processo administrativo pode iniciar-se de ofício por atos como despacho e portaria, entre outros.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3101788

1284) Acerca da concessão de serviços públicos, do processo administrativo no âmbito da Lei nº 9.784/1999, do controle judicial da administração pública e do que estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue o item subsequente, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

No processo administrativo federal, o ônus da prova é do interessado, que não pode se valer de provas impertinentes e desnecessárias, sob pena de serem recusadas.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3186565

1285) Acerca do processo administrativo federal, Lei nº 9.784/1999, julgue o item subsequente.

Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2341871

1286) No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

Percebendo-se a participação de três órgãos, poderá ser instaurado o procedimento de decisão coordenada, o qual também exige relevância da matéria e discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2341873

1287) No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

De acordo com a lei, o processo administrativo pode iniciar-se a pedido do interessado, desde que apresentado por escrito.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2421678

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1288) Julgue o item subsequente, relativo ao processo administrativo.

O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2423852

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1289) Determinado órgão do Ministério Público da União (MPU) decidiu contratar empresa para a realização de serviço cujo valor total envolvido era de R\$ 45.000. Ticiano, servidor responsável pela execução do contrato, resolveu realizar a contratação direta, por entender que era cabível licitação dispensável no caso. Entretanto, Maria, chefe de Ticiano, determinou que a contratação fosse efetivada por inexigibilidade. Por sua vez, Ticiano informou que não iria cumprir a determinação superior por considerar a ordem ilegal.

Segundo a Lei nº 9.784/1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2503632

CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC AL)/PC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1290) Considerando os preceitos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, julgue o item a seguir.

Para os efeitos do processo administrativo, são capazes, perante a administração pública, além dos maiores de idade, os menores de dezoito anos de idade, desde que em exercício de emprego público efetivo e com idade acima dos quatorze anos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2503634

CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC AL)/PC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1291) Considerando os preceitos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, julgue o item a seguir.

Aos processos administrativos que envolvam, conjuntamente, autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo não se aplica a decisão coordenada.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2609046

CEBRASPE (CESPE) - Mus (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1292) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), julgue o item seguinte.

Em regra, a Lei do Processo Administrativo Federal autoriza que vários interessados apresentem seus pedidos em um único requerimento, desde que tais pedidos tenham o mesmo conteúdo e os mesmos fundamentos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2613733

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1293) À luz das Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999, julgue o item seguinte.

Pessoas jurídicas situam-se entre os legitimados a dar início a processo administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2614662

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1294) À luz da Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa) e da Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo), julgue o item que se segue.

Os atos administrativos que veiculem decisão em processos administrativos relativos a concurso público são de motivação obrigatória.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2724468

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1295) Julgue o item subsequente, que dizem respeito à organização da administração pública, bem como aos critérios atinentes a dispensa e inexigibilidade de licitação.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, o ato administrativo que declara a inexigibilidade de licitação deve ser motivado.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/1937930

CEBRASPE (CESPE) - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1296) Tendo em vista as disposições da CF, a legislação em vigor e a jurisprudência do STF, julgue o seguinte item.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999 e suas alterações, a decisão coordenada será convocada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que tiver maior responsabilidade na condução da matéria em exame ou, na impossibilidade de sua definição, pela autoridade de mais alto nível hierárquico entre os órgãos e as entidades que participarão da decisão.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2007318

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1297) Determinada autarquia deflagrou de ofício um processo administrativo contra um servidor público comissionado, alegando que a legislação determina a abertura de processo quando verificada irregularidade funcional praticada na repartição.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Não é permitida a deflagração de ofício de processo administrativo pela própria administração, sendo necessária a provocação de sua abertura por qualquer interessado.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2028012

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1298) Com base na Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de atos de improbidade administrativa, e na Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, julgue o próximo item.

No âmbito do processo administrativo, a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de decisões anteriores, as quais serão parte integrante do ato.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2035497

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1299) Acerca da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de atos de improbidade administrativa, e da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, julgue o item seguinte.

Não é permitida a aplicação da decisão coordenada no âmbito do processo administrativo quando este tratar de licitações e quando estiverem envolvidas autoridades de poderes distintos.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2209569

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1300) Com base na Lei nº 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Em razão da particularidade dos processos administrativos, é vedada aos órgãos e às entidades da administração pública a elaboração de modelos ou formulários padronizados, ainda que para assuntos que envolvam pretensões semelhantes.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209572

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1301) Com base na Lei nº 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

No âmbito dos processos administrativos concernentes a direitos ou interesses difusos, são legitimadas como interessadas as organizações e as associações representativas.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1656974

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Trâmite do Processo (arts. 5º a 10 e 29 a 50 da Lei nº 9.784/1999)

1302) Na pretensão de celebrar contrato administrativo com empresa fornecedora de serviço de mão de obra, João, servidor público competente de determinado órgão público, elaborou edital de licitação prevendo em uma de suas cláusulas que a empresa contratada reserve percentual mínimo de sua mão de obra a pessoas oriundas do sistema prisional. Tomando conhecimento do fato, o chefe de João, autoridade máxima do órgão, sem apresentar justificativa, suspendeu o edital e determinou a contratação direta da empresa por dispensa de licitação. Contrariado com a atitude do seu superior hierárquico, João foi embora para casa no meio do expediente sem autorização do seu chefe, coisa que nunca antes fizera.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A atitude do chefe de João foi equivocada, uma vez que os atos administrativos que dispensem processo licitatório deverão ser motivados com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3249747

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1303) Julgue o item a seguir com base na Lei nº 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

No processo administrativo federal, a edição de atos de caráter normativo é delegável se a administração pública considerar que o interesse público assim o exige.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3258920

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1304) A respeito da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue o item a seguir.

A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação de competência, desde que haja conveniência administrativa e circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3271556

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (Aracaju)/Pref Aracaju/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1305) Acerca da responsabilidade civil do Estado, da organização administrativa e do processo administrativo, julgue o próximo item, consoante a jurisprudência dos tribunais superiores e a legislação em vigor.

A edição de resolução de caráter normativo não pode ser objeto de delegação, nem mesmo por órgãos colegiados aos respectivos presidentes, quando prevista em lei.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3440641

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1306) Julgue o item a seguir, referentes ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990) e às carreiras do Poder Judiciário da União.

A delegação de competência a órgão hierarquicamente inferior para proferir decisão em recurso administrativo somente será válida se realizada em momento anterior à interposição do recurso.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3495359

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1307) Em relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

A competência é irrenunciável e indelegável, e se exerce pelos órgãos administrativos a que tenha sido atribuída por lei.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3495820

CEBRASPE (CESPE) - Aud (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1308) Com base na legislação vigente e na doutrina majoritária, julgue o item a seguir, acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios, poderes e atos da administração pública.

No âmbito do processo administrativo federal, a permissão, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, da avocação temporária de competência atribuída a órgão diverso é manifestação precípua do poder hierárquico da administração pública.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3502083

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1309) Julgue o próximo item, referentes ao tratamento de dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e ao processo administrativo federal, consoante a Lei n.º 9.784/1999.

A competência, no âmbito do processo administrativo federal, é irrenunciável e exercida pelos órgãos administrativos aos quais foi atribuída como própria, ressalvados os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3514052

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU MG)/CAU MG/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1310) No que concerne ao processo administrativo, julgue o item seguinte.

É permitido por lei que um órgão delegue parte da sua competência a outro órgão desde que este último lhe seja hierarquicamente subordinado.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3625442

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1311) Acerca dos sistemas administrativos, da administração pública, da organização administrativa e do processo administrativo, julgue o item a seguir, com fundamento na doutrina majoritária, na legislação vigente e na jurisprudência dominante dos tribunais superiores.

Nos termos da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), são indelegáveis a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2779696

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU BR)/CAU BR/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1312) A respeito do ato administrativo e do processo administrativo, julgue o item a seguir.

É permitida a avocação permanente de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2793944

CEBRASPE (CESPE) - APGPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1313) Julgue o item seguinte, no que se refere à delegação e à avocação da competência administrativa, conforme disposições da Lei n.º 9.784/1999.

Será permitida, em qualquer caso, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2793945

CEBRASPE (CESPE) - APGPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1314) Julgue o item seguinte, no que se refere à delegação e à avocação da competência administrativa, conforme disposições da Lei n.º 9.784/1999.

As decisões tomadas por delegação devem mencionar, explicitamente, essa qualidade.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2793946

CEBRASPE (CESPE) - APGPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1315) Julgue o item seguinte, no que se refere à delegação e à avocação da competência administrativa, conforme disposições da Lei n.º 9.784/1999.

As matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade, a edição de atos de caráter enunciativo e a decisão de recursos administrativos não podem ser objetos de delegação.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2841462

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Administração de Banco de Dados/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1316) Ainda acerca de direito administrativo, julgue o item a seguir.

Se, no âmbito da administração pública, não houver competência específica para iniciar determinado processo administrativo, ele deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/2996001

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1317) À luz da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei n.º 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

Um órgão administrativo pode delegar parte de sua competência a outro órgão administrativo que não lhe seja subordinado hierarquicamente.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3039370

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1318) A respeito das disposições da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue o próximo item.

O processo administrativo deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir, salvo disposição em contrário.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3041247

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (PGM Mossoró)/Pref Mossoró/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1319) Julgue o item a seguir, acerca da administração pública, do regime jurídico- administrativo, da organização administrativa, dos atos administrativos, do processo administrativo, dos serviços públicos e da intervenção do Estado na propriedade.

De acordo com entendimento sumulado do STF, considera-se que quem pratica o ato administrativo no exercício de competência delegada é a autoridade delegante, razão pela qual contra ele cabe mandado de segurança ou medida judicial.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3103078

CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ANATEL/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1320) No que diz respeito ao processo administrativo, conforme o regime da Lei nº 9.784/1999, julgue o próximo item.

No processo administrativo, a competência é irrenunciável e indelegável.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3172469

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Especializada/Arquivologia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1321) No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3202347

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TRE CE)/TRE CE/Apoio Especializado/Odontologia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1322) No que se refere ao ato administrativo, julgue o item seguinte.

A competência para praticar um ato administrativo somente pode ser objeto de delegação ou avocação caso não seja uma competência exclusiva conferida a determinado órgão ou agente pela lei.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2341872

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1323) No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

É vedada a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2395730

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1324) Acerca da organização administrativa, do controle da administração pública e das Leis nº 8.429/1992, nº 9.784/1999 e nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos são indelegáveis.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2397440

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1325) Relativamente a processo administrativo e contratos administrativos, julgue o item abaixo.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a competência administrativa somente pode ser delegada a órgãos hierarquicamente situados abaixo da autoridade delegante.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2761098

CEBRASPE (CESPE) - Ana Jr (TBG)/TBG/Jurídico/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1326) Em relação aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

O ato de avocação materializa-se quando a autoridade que detém posição hierárquica superior centraliza em si a responsabilidade de tomar decisões que, originalmente, seriam da competência de um agente de menor hierarquia.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1883972

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1327) Com relação aos atos administrativos, julgue o item que se seguem.

Na delegação e na avocação de competência administrativa, é imprescindível a existência de vínculo formal de hierarquia entre os órgãos administrativos envolvidos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1917487

CEBRASPE (CESPE) - TAmb (ICMBio)/ICMBio/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1328) Para fins de tornar mais eficiente a distribuição da força de trabalho das equipes, os gestores de unidades de conservação da natureza (UC) federais pretendem formalizar a delegação de atos administrativos aos técnicos que atuam na administração das UC.

A partir do texto apresentado, julgue o item a seguir.

Sob a conveniência do gestor da UC, em razão de situações envolvendo natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, pode ocorrer delegação de competência a outra administração de UC para fins de gerir recursos destinados a colaborar com a conservação de UC.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1917488

CEBRASPE (CESPE) - TAmb (ICMBio)/ICMBio/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1329) Para fins de tornar mais eficiente a distribuição da força de trabalho das equipes, os gestores de unidades de conservação da natureza (UC) federais pretendem formalizar a delegação de atos administrativos aos técnicos que atuam na administração das UC.

A partir do texto apresentado, julgue o item a seguir.

Para a formalização da delegação a ser promovida, deve ocorrer a publicação oficial.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1917490

CEBRASPE (CESPE) - TAmb (ICMBio)/ICMBio/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1330) Para fins de tornar mais eficiente a distribuição da força de trabalho das equipes, os gestores de unidades de conservação da natureza (UC) federais pretendem formalizar a delegação de atos administrativos aos técnicos que atuam na administração das UC.

A partir do texto apresentado, julgue o item a seguir.

Para a delegação de competência para editar atos normativos de organização interna e de administração da UC exige-se a autorização do presidente do ICMBio.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2028173

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1331) A respeito dos atos administrativos, julgue o seguinte item.

O ato de delegação retira a competência da autoridade delegante, não havendo, portanto, competência cumulativa entre autoridade delegante e delegada.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2028190

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1332) A respeito do controle da administração pública e do processo administrativo federal, considerada a Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

No âmbito do processo administrativo federal, é possível delegação relativa à edição de atos de caráter normativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2151813

CEBRASPE (CESPE) - Aud Est (SECONT ES)/SECONT ES/Ciências Jurídicas/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1333) Acerca do processo administrativo, julgue o item que se seguem.

A competência, no âmbito dos processos administrativos, poderá ser renunciada em parte por um órgão administrativo em favor de outro, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, ainda que os órgãos não sejam hierarquicamente subordinados.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209573

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1334) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Em regra, é irrenunciável a competência no âmbito dos processos administrativos, ressalvadas as hipóteses de delegação e de avocação legalmente admitidas.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209574

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1335) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

A delegação legalmente autorizada pode ter como objeto a decisão de recursos administrativos, desde que ocorra entre órgãos hierarquicamente não subordinados.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209575

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1336) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes e justificados.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2252224

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1337) A respeito dos serviços públicos, do controle e responsabilização da administração, da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue o próximo item.

A delegação de competência de um titular a outro depende da existência de subordinação hierárquica.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1503444

CEBRASPE (CESPE) - AnDR (CODEVASF)/CODEVASF/Administração/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1338) Considerando a ética na administração pública e a legislação pertinente, julgue o item a seguir.

Considere que em determinado processo administrativo, a parte interessada tenha discordado da decisão proferida e interposto recurso administrativo. Nessa situação, a decisão do recurso poderá ser delegada e deverá ser proferida nos limites de atuação do delegado, na duração e nos objetivos da delegação.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1503490

CEBRASPE (CESPE) - AnDR (CODEVASF)/CODEVASF/Administração/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1339) Considerando a legislação federal referente aos atos de improbidade administrativa e aos processos administrativos, julgue o próximo item.

No processo administrativo, é possível a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, desde que de forma excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1509685

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1340) Com relação à organização administrativa, ao processo administrativo, ao estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e à Lei de Acesso a Informação, julgue o item a seguir.

Um órgão administrativo pode delegar parte de sua competência a outro, com exceção das matérias que sejam de sua competência exclusiva.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1624304

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1341) Determinado órgão público, por intermédio de seu titular, pretende delegar parte de sua competência administrativa para outro órgão com a mesma estrutura, seguindo os preceitos da Lei Federal nº 9.784/1999.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O órgão delegatário não precisa ser hierarquicamente subordinado ao delegante.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1624305

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Competência (arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784/1999)

1342) Determinado órgão público, por intermédio de seu titular, pretende delegar parte de sua competência administrativa para outro órgão com a mesma estrutura, seguindo os preceitos da Lei Federal nº 9.784/1999.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O objeto do ato pode ser a edição de atos normativos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3249745

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1343) Julgue o item a seguir com base na Lei nº 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e na Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo federal.

No processo administrativo federal, cabe recurso, sem efeito suspensivo, contra o indeferimento de alegação de suspeição.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3252152

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1344) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue o item a seguir.

No processo administrativo federal, a participação de servidor, bem como de seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, como perito enseja a arguição da sua suspeição.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3255519

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1345) Com base na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue o item a seguir.

Para fins do processo administrativo federal, o fato de servidor ter inimizade notória com o cônjuge de algum dos interessados não é critério para arguição de sua suspeição.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3373944

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1346) Acerca de licitações e contratos administrativos (Lei n.º 14.133/2021), improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992), responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (Lei n.º 12.846/2013), processo administrativo federal (Lei n.º 9.784/1999) e classificação dos serviços públicos, julgue o item a seguir.

Se um primo de um servidor público participar como testemunha em processo administrativo instaurado no órgão de lotação do servidor, este estará impedido de atuar em tal processo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3450337

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1347) Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue o item seguinte.

A decisão de indeferimento de suspeição alegada em razão de suposta amizade íntima entre a autoridade administrativa responsável pela condução do processo administrativo e algum dos interessados é passível de recurso sem efeito suspensivo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2780046

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Geotecnologia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1348) Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Por ser marido de Maria, João deveria ter se julgado impedido de atuar em processo administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3206500

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1349) Com base na Lei n.º 8.429/1992, na Lei n.º 9.784/1999 e na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

No âmbito do processo administrativo federal, o indeferimento de alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2341874

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1350) No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

Embora não haja efeitos disciplinares, o servidor que incorrer em impedimento para atuar em processo administrativo deve comunicar à autoridade competente.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2421506

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1351) Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue o item que se segue.

Conforme a Lei nº 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2421514

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1352) No que se refere às disposições da Lei de Acesso à Informação, ao processo administrativo, à improbidade administrativa, ao ato administrativo e aos direitos e deveres do servidor, julgue o próximo item.

Para efeitos disciplinares, caso um servidor não comunique à autoridade competente acerca do seu impedimento para atuar em processo administrativo, restará configurada falta leve, desde que ainda não se tenha concluído o referido processo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2421677

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1353) Julgue o item subsequente, relativo ao processo administrativo.

Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2151811

CEBRASPE (CESPE) - Aud Est (SECONT ES)/SECONT ES/Ciências Jurídicas/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1354) Acerca do processo administrativo, julgue o item que se seguem.

Fica impedido de atuar em processo administrativo o servidor público que estiver litigando judicial ou administrativamente com o companheiro do interessado.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2224807

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1355) Julgue o próximo item, referentes ao ato administrativo, aos serviços públicos, à responsabilidade civil do Estado e às Leis nº 8.429/1992 e nº.º 9.784/1999.

Será impedido de atuar em processo administrativo o servidor público que tiver interesse direto ou indireto na matéria. Além disso, poderá ser arguida a suspeição de autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados nesse processo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1125448

CEBRASPE (CESPE) - AFRDF (SEFAZ DF)/SEFAZ DF/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784/1999)

1356) Considerando as normas de direito administrativo, as disposições normativas relativas ao pregão e a Lei federal nº 9.784/1999, acerca de processo administrativo, julgue o item seguinte.

É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha amizade íntima com algum dos interessados no processo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3252150

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apóio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1357) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto nº 1.171/1994), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), julgue o item a seguir.

Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada somente quando a lei expressamente a exigir.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3321890

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1358) No tocante ao processo administrativo federal, previsto na Lei nº 9.784/1999, julgue o item que se segue.

Uma das características do processo administrativo federal é o formalismo, segundo o qual os atos do processo administrativo dependem, em regra, de uma forma preestabelecida, podendo ser afastada, porém, quando houver autorização legal.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3450340

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1359) Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue o item seguinte.

Em regra, a administração pública está autorizada a determinar, independentemente de qualquer justificativa específica, a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em documentos apresentados pelos interessados em processo administrativo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3492645

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1360) Em relação a acesso à informação, proteção de dados e processo administrativo federal, julgue o item que se seguem.

Os prazos previstos no processo administrativo federal devem ser contados em dias úteis, cabendo ao administrado demonstrar a ocorrência de feriado local que impacte o prazo de recurso a instância superior.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3039368

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1361) A respeito das disposições da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), julgue o próximo item.

Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2395980

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apóio Especializado/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1362) Julgue o próximo item, relativo ao ato administrativo e ao processo administrativo.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, em regra, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (DATAPREV)/DATAPREV/Engenharia/Civil/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1363) Em relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

Os atos devem ser realizados em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição em que tramitar o processo, porém podem ser concluídos depois desse horário, caso já iniciados, ainda que eventual adiamento não ocasione prejuízo ao curso regular do procedimento ou dano ao interessado e à administração pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo (arts. 22 a 25 da Lei nº 9.784/1999)

1364) Com base na Lei nº 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Caso não haja disposição específica, os atos dos órgãos responsáveis pelo processo administrativo devem ser praticados em cinco dias, mas tal prazo pode ser dilatado até o dobro mediante justificação comprovada.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Administrativa/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Comunicação dos Atos (arts. 26 a 28 da Lei nº 9.784/1999)

1365) Acerca do regime disciplinar do servidor público e de aspectos atinentes ao processo administrativo, julgue o seguinte item, considerando o disposto nas Leis nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999.

No âmbito de processo administrativo federal, o desatendimento de intimação não implica o reconhecimento da verdade dos fatos, tampouco a renúncia a direito pelo administrado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Comunicação dos Atos (arts. 26 a 28 da Lei nº 9.784/1999)

1366) À luz da Lei nº 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei nº 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

No processo administrativo federal, é assegurado ao interessado ser intimado de todos os atos do processo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (DATAPREV)/DATAPREV/Engenharia/Civil/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Comunicação dos Atos (arts. 26 a 28 da Lei nº 9.784/1999)

1367) Em relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

A notificação do interessado no processo administrativo, de forma a permitir-lhe acesso aos autos e informá-lo do fato sobre o qual deve apresentar defesa, garante a observância da ampla defesa e do contraditório, afastando o cerceamento de defesa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Judiciária/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1368) No que se refere ao controle da administração pública, a contratos administrativos e ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

É admitida a convalidação, pela administração pública, dos atos administrativos com vício de forma, desde que a decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1369) Julgue o item seguinte, a respeito da convalidação dos atos administrativos, do processo administrativo disciplinar no âmbito da Lei nº 8.112/1990 e do processo administrativo conforme a Lei nº 9.784/1999.

Os atos administrativos com defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria administração pública, mesmo que tal medida acarrete prejuízo a terceiros.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3318026

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Comunicação/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1370) Julgue o item seguinte, a respeito de decadência administrativa, controle da administração pública, improbidade administrativa, aspectos relativos aos servidores públicos, conforme a Lei nº 8.112/1990, e requisição, segundo o Decreto nº. 10.835/2021.

O prazo decadencial para a administração pública anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, conta-se a partir da percepção do primeiro pagamento.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3440643

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1371) Julgue o item a seguir, referentes ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990) e às carreiras do Poder Judiciário da União.

A administração pública tem o direito de anular ato administrativo comprovadamente ilegal e pode fazê-lo a qualquer tempo, mesmo que o ato tenha gerado efeito favorável a particular que dele se tenha beneficiado de boa-fé.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3453911

CEBRASPE (CESPE) - Ana Tec (SUSEP)/SUSEP/Contabilidade Pública/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1372) Durante a análise de um processo de autorização de operação de uma nova sociedade seguradora, um analista técnico da SUSEP identificou que o ato de autorização fora praticado por autoridade competente, mas sem a devida motivação formal exigida pela norma interna, tendo sido o erro detectado antes de qualquer prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

A administração é obrigada a anular o ato com vício formal, sendo vedada sua convalidação, segundo previsão da Lei nº 9.784/1999.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3453912

CEBRASPE (CESPE) - Ana Tec (SUSEP)/SUSEP/Contabilidade Pública/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1373) Durante a análise de um processo de autorização de operação de uma nova sociedade seguradora, um analista técnico da SUSEP identificou que o ato de autorização fora praticado por autoridade competente, mas sem a devida motivação formal exigida pela norma interna, tendo sido o erro detectado antes de qualquer prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, o vício identificado no ato poderá ser sanado pela própria administração, visto que não houve prejuízo a terceiros nem ao interesse público.

Certo
Errado

www.teconcursos.com.br/questoes/3596551

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Administrativa/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1374) Acerca do regime disciplinar do servidor público e de aspectos atinentes ao processo administrativo, julgue o seguinte item, considerando o disposto nas Leis nº. 8.112/1990 e nº. 9.784/1999.

Segundo a jurisprudência do STF, a administração pública, no exercício do poder de autotutela, pode anular ato administrativo editado em descompasso com os requisitos jurídicos constitucionais, ainda que transcorrido o prazo decadencial de cinco anos previsto na Lei nº. 9.784/1999.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3142858

CEBRASPE (CESPE) - AnDR (CODEVASF)/CODEVASF/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1375) Em relação ao processo administrativo no âmbito da administração pública federal, conforme a Lei n.º 9.784/1999, e à proteção de dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei n.º 13.709/2018), julgue o item seguinte.

Os atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria administração pública em decisão na qual se evidencie a ausência de lesão ao interesse público ou de prejuízo a terceiros.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2421516

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1376) No que se refere às disposições da Lei de Acesso à Informação, ao processo administrativo, à improbidade administrativa, ao ato administrativo e aos direitos e deveres do servidor, julgue o próximo item.

É vedada a revogação de ato administrativo que tenha gerado direitos adquiridos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2601523

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1377) O item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca das regras do processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Antônio, viúvo e pensionista há mais de dez anos, foi surpreendido ao receber uma correspondência do órgão em que sua finada esposa trabalhava, informando-lhe que, após sindicância administrativa, apurou-se que ele recebia, desde o óbito da esposa, um adicional à pensão por morte a que não fazia jus. O órgão público, além de excluir o benefício de seu contracheque, ainda requereu a devolução aos cofres públicos do valor pago, tido por indevido, com a devida correção monetária, alegando que a administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade e que pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Antônio, usando seu direito de resposta, alegou decadência do ato administrativo relativo à pensão por morte e requereu a anulação do ato administrativo e o restabelecimento da pensão no valor anterior à revisão, acrescido dos consectários legais. Nessa situação, o pedido de Antônio deverá ser deferido, pois se trata de hipótese de convalidação por decurso de prazo, decorrente de omissão da administração.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1917459

CEBRASPE (CESPE) - TAmb (ICMBio)/ICMBio/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1378) Acerca da invalidação, revogação e convalidação dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Agirá de acordo com o previsto na Lei n.º 9.784/1999 o servidor público federal que verificar, no ambiente de trabalho, a ilegalidade de ato administrativo e, com base nisso, revogá-lo, para não prejudicar administrados que sofreriam efeitos danosos em consequência da aplicação desse ato.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2035495

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1379) Acerca da Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de atos de improbidade administrativa, e da Lei n.º 9.784/1999, que trata do processo administrativo, julgue o item seguinte.

A administração deve observar o prazo decadencial de cinco anos para anular os atos administrativos de que decorrem efeitos favoráveis ao destinatário, ainda que comprovada má-fé.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2102110

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1380) Acerca do processo administrativo disciplinar, julgue o item seguinte, considerando o entendimento dos tribunais superiores sobre a matéria.

A Lei n.º 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, pode ser aplicada de forma subsidiária aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209578

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1381) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item seguinte.

Quando importar anulação, suspensão ou convalidação, o ato administrativo deverá ser motivado, com indicação de fatos e fundamentos jurídicos, ressalvada a hipótese de revogação.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209583

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Anulação, Revogação e Convalidação (arts. 53 a 55 da Lei nº 9.784/1999)

1382) Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item seguinte.

Salvo se comprovada má-fé, a administração pública tem o prazo decadencial de cinco anos para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, o qual é contado da data em que tais atos foram praticados.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3321882

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1383) No tocante ao processo administrativo federal, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue.

O processo administrativo sancionatório pode ser revisto, a qualquer tempo, por iniciativa da própria administração pública, quando surgirem circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção aplicada, não podendo essa revisão, contudo, resultar em agravamento da penalidade.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3322763

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/Fiscalização e Distribuição de Receitas/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1384) Com relação à delegação de serviço público, aos bens públicos, ao processo administrativo federal e aos atos de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

No âmbito de processo administrativo conforme a Lei n.º 9.784/1999, o órgão competente para o julgamento de eventual recurso administrativo será cientificado da acolhida, pelo STF, de reclamação fundada em violação de enunciado de súmula vinculante e deverá adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3344789

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1385) Lucas, com sessenta e dois anos de idade, formalizou requerimento administrativo perante autoridade vinculada a uma autarquia federal. Dez dias após concluída a instrução do processo administrativo, como ainda não havia sido proferida a decisão do requerimento, Lucas interpôs recurso administrativo dirigido ao superior da autoridade a quem encaminhou o pedido e impetrou mandado de segurança sob a alegação de ilegalidade administrativa por omissão, já que não fora proferida decisão administrativa no prazo legal, especialmente por ser uma pessoa idosa.

Com base na situação hipotética precedente e na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

A interposição do recurso foi realizada conforme previsão legal, segundo a qual o recurso administrativo deverá ser dirigido à autoridade superior da que tenha praticado ou deveria ter praticado o ato.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2779063

CEBRASPE (CESPE) - Aud Est (CGE RJ)/CGE RJ/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1386) Acerca dos tipos e formas de controle, bem como dos recursos no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

O recurso hierárquico impróprio é dirigido à autoridade de outro órgão integrado na mesma hierarquia daquele que tenha proferido o ato.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2780051

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CAU BR)/CAU BR/Geotecnologia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1387) Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Maria agiu corretamente ao direcionar seu recurso a João, uma vez que ele é autoridade superior ao servidor que negou o pedido.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2875295

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1388) Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

O endereçamento do recurso à instância superior foi adequado, uma vez que os recursos administrativos devem ser dirigidos ao superior da autoridade subordinada que editou o ato.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2995295

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1389) À luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), julgue o seguinte item.

Em recursos em processo administrativo, é possível a retratação da autoridade que haja proferido a decisão impugnada.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3041242

CEBRASPE (CESPE) - Proc Mun (PGM Mossoró)/Pref Mossoró/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1390) Julgue o item a seguir, acerca da administração pública, do regime jurídico-administrativo, da organização administrativa, dos atos administrativos, do processo administrativo, dos serviços públicos e da intervenção do Estado na propriedade.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo essa revisão processual dar ensejo ao agravamento da sanção.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3103068

CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ANATEL/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1391) No que diz respeito ao processo administrativo, conforme o regime da Lei nº 9.784/1999, julgue o próximo item.

A existência de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal pertinente ao tema objeto de processo administrativo não implica a necessidade de aplicação de tal súmula na decisão do processo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2367898

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1392) Julgue o próximo item, relativos à polícia sanitária, aos atos administrativos e ao processo administrativo.

Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, respeitado o prazo decadencial de cinco anos e desde que em favor do sancionado.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2028187

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1393) A respeito do controle da administração pública e do processo administrativo federal, considerada a Lei nº 9.784/1999, julgue o item subsequente.

Uma vez suscitado pelo recorrente ter uma decisão administrativa inobservado súmula vinculante do STF, é dever da autoridade que proferiu a decisão, caso não a reconsidere, explicitar as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1790250

CEBRASPE (CESPE) - AFCA (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1394) João, servidor público estável da SEFAZ, por negligência deixou de realizar cobrança de ICMS de determinada empresa.

Messias, chefe de João, tendo tomado conhecimento do fato, resolveu instaurar processo administrativo, ao final do qual foi aplicada pena de suspensão a João. Inconformado com a punição, João interpôs recurso administrativo, visando reverter a decisão.

Após análise do recurso, a instância superior decidiu revogar a punição, por motivo de ilegalidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

Segundo a Lei nº 9.784/1999, o recurso de João deve ser direcionado à autoridade hierarquicamente superior a Messias.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/1125444

CEBRASPE (CESPE) - AFRDF (SEFAZ DF)/SEFAZ DF/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Recurso Administrativo e da Revisão (arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999)

1395) Considerando as normas de direito administrativo, as disposições normativas relativas ao pregão e a Lei federal nº 9.784/1999, acerca de processo administrativo, julgue o item seguinte.

No processo administrativo, os cidadãos e as associações têm legitimidade para interpor recurso administrativo, quando se tratar de direitos ou interesses difusos.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/3495355

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Prazos e das Sanções (arts. 66 a 68 da Lei nº 9.784/1999)

1396) Em relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

Para a contagem dos prazos do processo administrativo, quando expressos em dias, consideram-se apenas os dias úteis.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209570

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Prazos e das Sanções (arts. 66 a 68 da Lei nº 9.784/1999)

1397) Com base na Lei nº 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Os prazos expressamente previstos em dias, no âmbito dos processos administrativos, são contados de modo contínuo.

Certo
Errado

www.teconcurtos.com.br/questoes/2209584

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Fiscalização/Abastecimento/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Prazos e das Sanções (arts. 66 a 68 da Lei nº 9.784/1999)

1398) Com base na Lei nº 9.784/1999, que trata de processos administrativos no âmbito da administração pública federal, julgue o item subsequente.

Poderão ser revistos, a qualquer tempo, os processos administrativos de que resultem sanções quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção anteriormente aplicada, a qual poderá ser agravada.

Certo
Errado

www.teccconcursos.com.br/questoes/3258917

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Finais (arts. 69 e 70 da Lei nº 9.784/1999)

1399) A respeito da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue o item a seguir.

As pessoas com deficiência terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, dos procedimentos administrativos em que figurem como partes ou interessadas.

Certo
Errado

www.teccconcursos.com.br/questoes/3344788

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Finais (arts. 69 e 70 da Lei nº 9.784/1999)

1400) Lucas, com sessenta e dois anos de idade, formalizou requerimento administrativo perante autoridade vinculada a uma autarquia federal. Dez dias após concluída a instrução do processo administrativo, como ainda não havia sido proferida a decisão do requerimento, Lucas interpôs recurso administrativo dirigido ao superior da autoridade a quem encaminhara o pedido e impetrou mandado de segurança sob a alegação de ilegalidade administrativa por omissão, já que não fora proferida decisão administrativa no prazo legal, especialmente por ser uma pessoa idosa.

Com base na situação hipotética precedente e na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue o item seguinte.

A lei prevê expressamente prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos quando figurar como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, a exemplo de Lucas.

Certo
Errado

1201) Certo	1202) Errado	1203) Errado	1204) Errado	1205) Errado	1206) Certo	1207) Errado
1208) Errado	1209) Errado	1210) Errado	1211) Errado	1212) Errado	1213) Certo	1214) Certo
1215) Errado	1216) Certo	1217) Certo	1218) Certo	1219) Certo	1220) Errado	1221) Errado
1222) Errado	1223) Certo	1224) Errado	1225) Errado	1226) Errado	1227) Errado	1228) Errado
1229) Errado	1230) Certo	1231) Errado	1232) Errado	1233) Certo	1234) Errado	1235) Errado
1236) Certo	1237) Errado	1238) Certo	1239) Errado	1240) Certo	1241) Certo	1242) Errado
1243) Errado	1244) Errado	1245) Errado	1246) Errado	1247) Certo	1248) Certo	1249) Errado
1250) Certo	1251) Certo	1252) Certo	1253) Errado	1254) Certo	1255) Errado	1256) Certo
1257) Errado	1258) Certo	1259) Errado	1260) Certo	1261) Errado	1262) Certo	1263) Errado
1264) Errado	1265) Errado	1266) Certo	1267) Errado	1268) Errado	1269) Errado	1270) Certo
1271) Errado	1272) Certo	1273) Certo	1274) Errado	1275) Certo	1276) Errado	1277) Errado
1278) Certo	1279) Certo	1280) Errado	1281) Certo	1282) Certo	1283) Certo	1284) Certo
1285) Errado	1286) Certo	1287) Errado	1288) Certo	1289) Certo	1290) Errado	1291) Certo
1292) Certo	1293) Certo	1294) Certo	1295) Certo	1296) Errado	1297) Errado	1298) Certo
1299) Certo	1300) Errado	1301) Errado	1302) Certo	1303) Errado	1304) Errado	1305) Errado
1306) Errado	1307) Errado	1308) Certo	1309) Certo	1310) Errado	1311) Certo	1312) Errado
1313) Errado	1314) Certo	1315) Errado	1316) Certo	1317) Certo	1318) Certo	1319) Errado
1320) Errado	1321) Errado	1322) Certo	1323) Certo	1324) Certo	1325) Errado	1326) Certo
1327) Errado	1328) Certo	1329) Certo	1330) Errado	1331) Errado	1332) Errado	1333) Errado
1334) Certo	1335) Errado	1336) Certo	1337) Errado	1338) Errado	1339) Certo	1340) Certo
1341) Certo	1342) Errado	1343) Certo	1344) Errado	1345) Errado	1346) Errado	1347) Certo
1348) Certo	1349) Certo	1350) Errado	1351) Errado	1352) Errado	1353) Errado	1354) Certo
1355) Certo	1356) Errado	1357) Certo	1358) Errado	1359) Errado	1360) Errado	1361) Errado
1362) Certo	1363) Errado	1364) Certo	1365) Certo	1366) Errado	1367) Certo	1368) Certo
1369) Errado	1370) Certo	1371) Errado	1372) Errado	1373) Certo	1374) Certo	1375) Certo
1376) Certo	1377) Certo	1378) Errado	1379) Errado	1380) Certo	1381) Errado	1382) Certo
1383) Certo	1384) Certo	1385) Errado	1386) Errado	1387) Errado	1388) Errado	1389) Certo
1390) Certo	1391) Certo	1392) Errado	1393) Certo	1394) Errado	1395) Certo	1396) Errado
1397) Certo	1398) Errado	1399) Certo	1400) Certo			